



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

A
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
Em 22 / 06 / 92.

Presidente da Câmara
Vereador Willian Fernandes Cabral
Presidente da Câmara

PROJETO DE LEI Nº 090/92

Declara de Utilidade Pública Municipal o Centro Espírita "Vovó Joana", com sede nesta cidade.

Art. 1º – Fica declarada de Utilidade Pública Municipal, o Centro Espírita "Vovó Joana", com sede nesta cidade, em conformidade com a Lei Municipal nº 957, de 11 de abril de 1973.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Vereador Lincoln Rodrigues Costa", da Câmara Municipal de Ubá, aos 22 de junho de 1992.

Geraldo Bicalho Calçado
Vereador Geraldo Bicalho Calçado



CÂMARA MUNICIPAL DE UBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Justificativa

Apresento ao Plenário desta Casa na noite de hoje, o Projeto de Lei que visa estimular o Centro Espírita Vovó Joana, declarando a mesma, de utilidade pública municipal, nos termos da Lei Municipal 957, de 11 de abril de 1973.

O Centro Espírita "Vovó Joana", é uma sociedade civil, com prazo de duração indeterminado, fundada em nosso Município em 01 de janeiro de 1987, com fins religiosos, não possuindo finalidade lucrativa, política e ainda sem discriminação de sexo, nacionalidade e religião.

O Centro Espírita "Vovó Joana", é dirigido pelos seguintes membros: Presidente; Vice-Presidente; 1º Secretário; 2º Secretário; 1º Tesoureiro; 2º Tesoureiro; Diretor de Culto e Diretor de Patrimônio, possuindo número ilimitado de integrantes, que são divididos em três classes: Diretoria; Mediums e Assistentes.

Visa promover o desenvolvimento dos estudos de cultos religiosos, comprometidos com o desenvolvimento espiritual e a libertação do ser humano, constituindo-se elemento de plena justiça, o apoio dos poderes públicos, declarando a citada entidade de utilidade pública.

Espero portanto, poder contar com o valioso apoio dos nobres companheiros e a pronta sanção do Chefe do Executivo a essa nossa aspiração.

Cordialmente,

Sala das Sessões "Vereador Lincoln Rodrigues Costa", da Câmara Municipal de Uba, aos 22 de junho de 1992.

Vereador Geraldo Bicalho Calçado

O Doutor Geraldo Senra Delgado,
Juiz de Direito da Vara Crimina
nal da Comarca de Ubá, MG, na
forma da Lei, etc,

ATESTA, para fins de declaração de utilidade pública
municipal, que o CENTRO ESPÍRITA VOVÓ JOANA funciona há mais
de 2 (dois) anos, possui personalidade jurídica e os membros
de sua Diretoria são pessoas idôneas, não remuneradas por suas
funções na entidade.

ATESTA, mais, que a entidade não possui fins lucrativos.

Ubá, 22 de junho de 1992.

Juiz da Vara Criminal da Comarca
de Ubá

Dimo. Senhor Dr. Juiz de Direito da _____ Vara Comarca de Ubá

Defl. 50
Pro Cartório
Joana Pires
O. José 12/10/87.

HELIO BRAZ DE LIMA, filho de Luiz Braz de Lima e de Dona Maria Rici de Lima, natural de Descoberto (MG), casado, modelador, residente e domiciliado nesta cidade de Ubá, Estado de Minas Gerais à Rua Cel Otaviano da Rocha, s/n requer a V.Excia, se digne autorizar o Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Ubá (MG), a efetuar o registro do Estatuto do Centro "ES PIRITA VÓVÓ JOANA"

Ubá, 02 de Outubro de 1.987

Helio Braz de Lima

Helio Braz de Lima
-Presidente-

ESTATUTO

CAPÍTULO I

Artigo 1º - Sob a denominação de CENTRO ESPIRITA VOVÓ JOANA, foi fundado no dia 1º de janeiro de 1.987, na cidade de Ubá Estado de Minas Gerais à Av. dos Andradadas, 314 - Fundos, entidade com fins religiosos e sem fins lucrativos, políticos e ainda sem discriminação de sexo, nacionalidade e religião.

Artigo 2º - O CENTRO ESPIRITA VOVÓ JOANA, tem por finalidade:

- a) Promover cultos religiosos

Artigo 3º - É por tempo indeterminado a duração do CENTRO ESPIRITA "VÓVÓ JOANA"

Artigo 4º Serão considerados as seguintes datas oficiais

- a) Dia 20 de janeiro - - Dia de S. Sebastião
- b) Dia 23 de Abril - dia de São Jorge
- c) Dia 13 de Maio - dia de Preto Velho
- d) Dia 27 de Setembro dia de Cosme e Damião

CAPÍTULO II

DOS INTEGRANTES

Artigo 5º - Serão em número ilimitados, e dividir-se-ão em tres classes

Aº - Diretoria

B) - Mediuns

C) - Assistentes

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS INTEGRANTES

Artigo 6º - Votar e ser votados para qualquer cargo na diretoria

Artigo 7º - Tomar parte ativa nas promoções e cultos do Centro

Artigo 8º - Os integrantes devem:

- a) Cumprir e fazer cumprir o ESTATUTO e as deliberações da DIRETORIA, previstos no Regimento Interno.
- b) Aceitar e exercer com zelo, fé e dignidade os cargos para os quais forem eleitos ou nomeados;
- c) Esforçar-se pela manutenção da ordem no recinto para a maior firmeza dos trabalhos e engrandecimento do CENTRO

d) Comparecer aos cultos e reuniões de Diretoria
e) Comportar com dignidade e não usar expressões e atos imorais.

f) Ajudar os irmãos espiritualmente quando se fizer necessário.

CAPÍTULO IV

DAS PENALIDADES

Artigo 9º - Suspender-se o exercício dos participantes:

- Por comportamento irregular nos cultos;
- Por comportamento considerado prejudiciais aos princípios do CENTRO

Artigo 10º - Serão eliminados os participantes que:

- Tratarem direta ou indiretamente da destruição e desdito do CENTRO
- Reincidentem em procedimentos contrários ao disposto no Art. 9º e suas alíneas do presente ESTATUTO;
- Deixarem de cumprir as normas estabelecidas no Regime Interno do Centro.

Artigo 11º - As suspensões serão impostas de um a três meses, a critério da Diretoria.

CAPÍTULO V

DA DIRETORIA

Artigo 12º - A Diretoria será composta dos seguintes Membros:

- Presidente
- Vice-Presidente
- 1º Secretário (a)
- 2º Secretário (a)
- 1º Tesoureiro (a)
- 2º Tesoureiro (a)
- Diretor de Culto
- Diretor de Patrimônio

Artigo 13º - São atribuições da Diretoria

Organizar o Regulamento Interno do Centro

Promover e Organizar reuniões;

Zelar pelo fiel cumprimento deste Estatuto e de todos os regulamentos da Sociedade

Deliberar sobre a admissão de novos Sócios;

Deliberar a eliminação de sócios

Presidente de Bimbo
Melito Bimbo
Presidente
de Bimbo

Conferir junto aos demais dirigentes o bom andamento dos trabalhos diários.

Convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

Firmar convênios com sociedades congêneres.

§ 1º A posse da diretoria ocorrerá sempre quinze dias após sua eleição, e terá um período de mandato de um ano.

Artigo 14º - Ao Presidente compete:

a) Representar oficialmente o Centro, em juizo ou fora dele perante os poderes públicos e repartições administrativas;

b) Convocar e Presidir as Assembleias Gerais;

c) Assinar, com os demais membros da Diretoria, a correspondência do Centro;

Artigo 15º - Ao Vice-Presidente compete:

a) Auxiliar o Presidente em todos os seus trabalhos e substituí-lo nos seus impedimentos.

Artigo 16º - Ao Primeiro Secretário (a) compete:

a) Orientar e Organizar os trabalhos da Secretaria;

b) Lavrar e ler as atas das Sessões da Diretoria e assinalá-las, depois de lida e discutidas, juntamente com o Presidente.

Artigo 17º - Ao 2º Secretário compete:

a) Auxiliar ao primeiro Secretário em suas tarefas.

Artigo 18º - Ao 1º Tesoureiro compete:

a) Ter sob sua guarda os valores da Sociedade.

Artigo 19º - Ao 2º Tesoureiro Compete:

a) Auxiliar o primeiro tesoureiro em suas tarefas.

Artigo 20º - Ao Diretor de Culto compete:

a) Auxiliar os Medins em seus desenvolvimentos.

Artigo 21º - Ao Diretor de Patrimônio compete:

a) Manter sob sua guarda o Patrimônio da Sociedade.

Artigo 22º - CAPÍTULO VI

DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 22º - A Assembleia Geral é constituida por todos os sócios, sendo o poder soberano da Sociedade e renunir-se-a ordinariamente, todos os dias 31 de janeiro, para tomada de contas da Diretoria;

Artigo 23º - Reunir-se-á extraordinariamente, toda vez que for convocada pela Diretoria ou pelo Presidente.

Parágrafo único - A Convocação extraordinária, será feita também mediante

Centro Cultural

pedido escrito ou devidamente fundamentado, dirigido ao Presidente, por dois terços, no mínimo de sócios.

Artigo 24º - A Assembleia Geral será sempre convocada com antecedência de 72 (Setenta e duas) horas, por meio de aviso escrito.

Artigo 25º - As decisões da Assembleia Geral, serão tomadas por maioria de votos.

Artigo 26º - A Assembleia Geral considerar-se-a instalada e constituída desde que, em dia e hora designados, estejam presentes, pessoalmente ou devidamente representada, no mínimo, metade e mais um dos sócios que / compõem a sociedade.

Artigo 27º - Um sócio não poderá representar mais de um outro sócio nas Assembleias Gerais. Essa representação sómente poderá ser considerada por meio de procuração revestida das formalidades legais e expressamente outorgada.

Artigo 28º - Não havendo número para constituição da Assembleia Geral e primeira convocação, será feita a segunda e última, com antecedência de dois (02) dias com a declaração que é a segunda e última, funcionando, neste caso, com qualquer número.

CAPÍTULO VII DO CONSELHO DELIBERATIVO

Artigo 29º - O Conselho Deliberativo compor-se-á de 11 (Onze) membros eleitos pela Assembleia Geral dos sócios, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos, juntamente com três suplentes, que funcionarão em caso de impedimento de um ou mais membros.

Artigo 30º - São atribuições do Conselho Deliberativo:

- a) - Dar parecer nas propostas de novos sócios
- b) - Dar parecer nos relatórios anuais apresentados pela Diretoria
- c) - Dar parecer sobre o andamento do trabalhos no Centro

Artigo 31º - É facultado ao Conselho Deliberativo o direito de assistir às reuniões da Diretoria. Esse direito tornar-se-a obrigação toda vez que pela Diretoria o Conselho Deliberativo for convocado para pronunciar sobre o assunto.

Parágrafo Único: Será apenas consultivo o voto dos membros do Conselho Deliberativo quando convidado a comparecer.

Artigo 32º - Este Estatuto começará a vigorar desde sua aprovação, ficando desde logo constituindo em Lei Orgânica do Centro.

Artigo 33º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria.

Abaiixo assinatura dos Membros da Diretoria do "CENTRO ESPIRITA VÓO"

JOANA -

Ubaí, 1º de janeiro de 1.987

Helio Braz de Lima
Helio Braz de Lima
Presidente

O.C. I. n° 1001 C.P.F.

O.C. I. n° 1001 C.P.F.

Comerciário

Gertman

Paulo Gondé de Souza - Vice Pres.

C.P.F. C.I. n°

Repres. Comercial

Neide de Paiva

Neide de Paiva - 1º Secretaria

C.P.F. D/I

Func. Pública

Celio Antonieto

Celio Antonieto - 2º Secretario

C.P.F. D/I

Comerciário

Luciene Aparecida Lima

Luciene Aparecida Lima - 1º Tesoureira

C.P.F. D/I

Comerciária

Maria Cristina Cabido

Maria Cristina Cabido - 2º Tesoureira

C.P.F. D/I

Comerciaria

D. Zilda Balbino de Mello

D.Zilda Balbino de Mello - Diret. Culto

C.P.F. D/I

Domestica

Luiz Geraldo Pereira

Luiz Geraldo Pereira - Zelador-Diret. Pat

C.P.F. D/I

Pedreiro

Marlene Mello CONSELHEIROS

Jose de Mello - C.P.F.

Marlene Rodrigues de Carvalho Lima

Marlene Rodrigues de Carvalho Lima

Angela Maria Tormem Moreira

Angela Maria Tormem Moreira

Maria da Luz de Mello

Maria da Luz de Mello - C.P.F.

Maria de Fatima Mello

Maria de Fatima Mello

Braz Antonio Moreira

Braz Antonio Moreira

Quadrilátero Antônieto Cidade de Ubá MG

Delzedina Inácio Antonieto Maria das Dores Oliveira Souza
Luzia Sozinha Sozinha

José Lucio de Mello

Zilda Balbino de Mello

Assinatura de todos os presentes

Abono as assinaturas de : Hélio Braz de Lima, Paulo Condé de Souza, Neide de Paiva, Célio Antônietto, Lucilene Aparecida Lima, Maria * Cristina Cabido, Zilda Balbino de Mello, Luiz Geraldo Pereira, José de Mello, Marlene Rodrigues de Carvalho Lima, Angela Maria Tormem*, Moreira, Maria da Luz de Mello, Maria de Fátima Mello, Braz Antonio Moreira, Delzedina Inácio Antonieto, Maria das dores Oliveira Souza, José Lucio de Mello.

Ubá, 27 de outubro de 1987.

Maria da Luz de Mello

Comarca de Ubá - Minas Gerais

CARTORIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

número 3787 - no PROTOCOLO de 15

Comarca de Ubá - Minas Gerais
Oficial, Dirceu dos Srs. Ribeiro
Octaviano Januzzi Rocha e
Zilda Balbino de Mello

27 de outubro de 1987

**REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS
E DOCUMENTOS**

Comarca de Ubá - Minas Gerais
Oficial, Dirceu dos Srs. Ribeiro

Octaviano Januzzi Rocha e
Zilda Balbino de Mello

**CARTORIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS**

Apresentado hoje para registro e apontado o b
número de ordem 3787, no PROTOCOLO.

Cidade de Ubá, 4 de novembro de 1987

Dirceu dos Srs. Ribeiro

OFICIAL

Certifico que os presentes Estatutos foram
registrados em resumo, no Livro A, de Regis

tro Civil das Pessoas Jurídicas, às fls. 94, sob o nº 156.

Certifico mais haver arquivado nesta data,*
uma via de igual teor dos mesmos.

Oficial

Nítil

ESTATUTO

CAPÍTULO I

Artigo 1º - Sob a denominação de CENTRO ESPIRITA VOVÓ JOAIA, foi fundado no dia 1º de Janeiro de 1.987, na cidade de Ubaí Estado de Minas Gerais à Av. das Armatadas, 314 - Fazenda, entidade com fins religiosos e sem fins lucrativos, políticos e ainda com discriminação de sexo, nacionalidade e religião.

Artigo 2º - O CENTRO ESPIRITA VOVÓ JOAIA, tem por finalidade:

- a) Promover cultos religiosos

Artigo 3º - É por tempo indeterminado a duração do CENTRO ESPIRITA "VOVÓ JOAIA"

Artigo 4º Serão considerados as seguintes datas oficiais

- a) Dia 20 de Janeiro -- Dia de S. Sebastião
- b) Dia 23 de Abril - dia de São Jorge
- c) Dia 13 de Maio - dia de Santo Antônio
- d) Dia 27 de Setembro dia de Cosme e Damião

CAPÍTULO II

DOS INTEGRANTES

Artigo 5º - Serão em número ilimitados, e dividir-se-ão em três classes

- A) - Diretoria
- B) - Médiums
- C) - Assistentes

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS INTEGRANTES

Artigo 6º - Votar e ser votados para qualquer cargo na diretoria

Artigo 7º - Tomar parte ativa nas promoções e cultos do Centro

Artigo 8º - Os integrantes devem:

- a) Cumprir e fazer cumprir o ESTATUTO e as deliberações da DIRETORIA, previstos no Regimento Interno.
- b) Aceitar e exercer com zelo, fé e dignidade os cargos para os quais forem eleitos ou nomeados;
- c) Reforçar-se pela manutenção da ordem no recinto para a maior firmeza dos trabalhos e engrandecimento do CENTRO

- Vicente
M. B. 105
- d) Comparecer aos cultos e reuniões de Diretoria
 - e) Comportar com dignidade e não usar expressões e atos imorais.
 - f) Ajudar os irmãos espiritualmente quando se fizer necessário.

CAPITULO IV

DAS PENALIDADES

Artigo 9º - Suspender-se o exercício dos participantes:

- a) Por comportamento irregular nos cultos;
- b) Por comportamento considerado prejudicial aos princípios do CENTRO

Artigo 10º - Serão eliminados os participantes que:

- a) Tratarem direta ou indiretamente da destruição e descrédito do CENTRO
- b) Reincidentes em procedimentos contrários ao disposto no Art. 9º e suas alíneas do presente ESTATUTO;
- c) Deixarem de cumprir as normas estabelecidas no Regimento Interno do Centro.

Artigo 11º - As suspensões serão impostas de um a três meses, a critério da Diretoria.

CAPITULO V

DA DIRETORIA

Artigo 12º - A Diretoria será composta dos seguintes Membros:

- a) Presidente
- b) Vice-Presidente
- c) 1º Secretário (a)
- d) 2º Secretário (a)
- e) 1º Tesoureiro (a)
- f) 2º Tesoureiro (a)
- g) Diretor de Culto
- h) Diretor de Patrimônio

Artigo 13º - São atribuições da Diretoria

Organizar o Regulamento Interno do Centro

Promover e Organizar reuniões;

Zelar pelo fiel cumprimento deste Estatuto e de todos os regulamentos da Sociedade

Deliberar sobre a admissão de novos Sócios;

Deliberar a eliminação de sócios

Conferir junto aos demais dirigentes o bom andamento dos trabalhos diários.

Convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

Firmar convênios com sociedades congêneres.

§ 1^aA posse da diretoria ocorrerá sempre quinze dias após sua eleição, e terá um período de mandato de um ano.

Artigo 14º - Ao Presidente compete:

- a) Representar oficialmente o Centro, em juiz ou fora dele, perante os poderes públicos e repartições administrativas;
- b) Convocar e Presidir as Assembleias Gerais;
- c) Assinar, com os demais membros da Diretoria, a correspondência do Centro;

Artigo 15º - Ao Vice-Presidente compete:

- a) Auxiliar o Presidente em todos os seus trabalhos e substituí-lo nos seus impedimentos.

Artigo 16º - Ao Primeiro Secretário (a) compete:

- a) Orientar e Organizar os trabalhos da Secretaria;
- b) Letrar e ler as atas das Sessões da Diretoria e assinalá-las, depois de lida e discutidas, juntamente com o Presidente.

Artigo 17º - Ao 2º Secretário compete:

- a) Auxiliar ao primeiro Secretário em suas tarefas.

Artigo 18º - Ao 1º Tesoureiro compete:

- a) Ter sob sua guarda os valores da Sociedade.

Artigo 19º - Ao 2º Tesoureiro Compete:

- a) Auxiliar o primeiro tesoureiro em suas tarefas.

Artigo 20º - Ao Diretor de Culto compete:

- a) Auxiliar os Madias em seus desenvolvimentos.

Artigo 21º - Ao Diretor de Patrimônio compete:

- a) Manter sob sua guarda o Patrimônio da Sociedade.

Artigo 22º - CAPÍTULO VI

DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 22º - A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios, sendo o poder soberano da Sociedade e reunir-se-a, ordinariamente, todos os dias 31 de janeiro, para tomada de contas da Diretoria;

Artigo 23º - Reunir-se-á extraordinariamente, toda vez que for convocada pela Diretoria ou pelo Presidente.

Parágrafo único - A Convocação extraordinária, será feita também mediante

(Continua)

pedido escrito ou devidamente fundamentado, dirigido ao Presidente, por
dois terços, no mínimo de sócios.

Artigo 24º - A Assembleia Geral será sempre convocada com antecedência
de 72 (Setenta e duas) horas, por meio de aviso escrito.

Artigo 25º - As decisões da Assembleia Geral, serão tomadas por maioria
de votos

Artigo 26º - A Assembleia Geral considerar-se-a instalada e constituída
desde que, em dia e hora designados, estejam presentes, pessoalmente ou
devidamente representada, no mínimo, metade e mais um dos sócios que /
compoem a sociedade.

Artigo 27º - Um sócio não poderá representar mais de um outro sócio nas
Assembleias Gerais. Essa representação sómente poderá ser considerada
por meio de procuração revestida das formalidades legais e expressamente
outorgada.

Artigo 28º - Não havendo número para constituição da Assembleia Geral em
primeira convocação, será feita a segunda e última, com antecedência de
dois (02) dias com a declaração que é a segunda e última, funcionando,
neste caso, com qualquer número.

C A P I T U L O VII DO CONSELHO DELIBERATIVO

Artigo 29º - O Conselho Deliberativo compor-se-á de 11 (Onze) membros
eleitos pela Assembleia Geral dos sócios, com mandato de dois anos, pode-
ndo ser reeleitos, juntamente com três suplentes, que funcionarão em cas-
o de impedimento de um ou mais membros.

Artigo 30º - São atribuições do Conselho Deliberativo:

- a) - Dar parecer nas propostas de novos sócios
- b) - Dar parecer nos relatórios anuais apresentados pela
Diretoria
- c) - Dar parecer sobre o andamento do trabalhos no Centro

Artigo 31º - É facultado ao Conselho Deliberativo o direito de assistir
às reuniões da Diretoria. Esse direito tornar-se-a obrigação toda vez que
pela Diretoria o Conselho Deliberativo for convocado para pronunciar sobre
o assunto.

Parágrafo Único: Será apenas consultivo o voto dos membros do Conselho
Deliberativo quando convidado a comparecer.

Artigo 32º - Este Estatuto começará a vigorar desde sua aprovação, fican-
do desde logo constituindo em Lei Orgânica do Centro.

Artigo 33º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria

Abaixo assinatura dos Membros da Diretoria do "CENTRO ESPIRITA VÓO"

JOANA -

Uba, 1º de Janeiro de 1.987

Bento Braz de Lima

Bento Braz de Lima
Presidente

C.P.F.

C. I. nº

Comerciário

Paulo Bondé de Souza

Paulo Bondé de Souza - Vice Pres.
C.P.F. C.I. nº
Repres. Comercial

Neide de Paiva

Neide de Paiva - 1º Secretaria
C.P.F. D/I
Func. Pública

Celio Antonieto

Celio Antonieto - 2º Secretario
C.P.F. D/I
Comerciário

Lucitene Aparecida Lima

Lucitene Aparecida Lima - 1º Tesoureira
C.P.F. D/I
Comerciária

Maria Eristina Cabido

Maria Eristina Cabido - 2º Tesoureira
C.P.F. D/I
Comerciaria

Zilda Balbino de Mello

Zilda Balbino de Mello - Diret. Culto
C.P.F. D/I
Domestica

Luiz Geraldo Pereira

Luiz Geraldo Pereira - Zelador-Diret. Pat.
C.P.F. D/I
Pedreiro

CONSELHEIROS

José de Mello
José de Mello - C.P.F.

Angela Maria Tormen Moreira
Angela Maria Tormen Moreira

Maria de Fátima Mello
Maria de Fátima Mello

Marlene Rodrigues de Carvalho Lima

Maria da Luz de Mello
Maria da Luz de Mello - C.P.F.

Braz Antônio Moreira

Plácido Souza Delzidina Inacio Antonieto Mauricio de Mello Oliveira
Maria das Dores Oliveira Souza

José Lucio de Mello

Zilda Balbino de Mello

Certificada

Cláudia Soárez - Presidente da Comissão

S. L. S. - Presidente

Cláudia Soárez - Presidente da Comissão

S. L. S.

Cláudia Soárez - Presidente da Comissão

S. L. S.